

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

REQUERIMENTO N° , DE 2015

Requer ao Ministério Públco o compartilhamento dos documentos que fundamentaram a denúncia de crime financeiro, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha representada contra o deputado federal Paulinho da Força junto ao STF.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, c/c art. 58, §3º, da Constituição Federal, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja solicitado ao Ministério Públco Federal o compartilhamento dos documentos constantes nos autos do Inquérito nº 2.725/STF, que fundamentaram a denúncia de crime contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, em desfavor do deputado federal Paulinho da Força (Sr. Paulo Pereira da Silva), acusado de se beneficiar de desvios em financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, já qualificado como réu após o recebimento da denúncia pela Corte Suprema em 08/09/2015.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo reportagens veiculadas no dia 8 de setembro de 2015, em diversos sites de notícia, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu nessa data ação penal para investigar o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) – o Paulinho da Força Sindical – por desvio de dinheiro do BNDES. A denuncia foi recebida pela Segunda Turma do tribunal, por unanimidade.

As suspeitas vieram à tona a partir da Operação Santa Tereza, da Polícia Federal, em 2007. Segundo a denuncia, foi desviado dinheiro de três financiamentos feitos pelo BNDES: um no valor de R\$ 130 milhões para obras da prefeitura de Praia Grande, no litoral de São Paulo, e dois para a expansão e melhorias na rede de lojas Marisa, de R\$ 220 milhões . Nesses três contratos, os desvios ultrapassariam R\$ 2 milhões, conforme informação de O Globo.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 09 de setembro de 2015.

**Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA**